



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 138/XII/ 2.ª SL

Aos 15 dias do mês de maio de 2013, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:30

1. Apreciação e votação da ata n.º 137/XII, relativa à reunião de 8 de maio;

2. Apreciação e votação do requerimento do PCP para audição do Ministro da Economia e do Emprego e do ex-Secretário de Estado da Energia, Eng.º Henrique Gomes, a propósito da demissão deste em março de 2012 e das pressões de grupos empresariais do sector electroprodutor;

3. Nova apreciação dos P JL n.º 230/XII/1.ª (BE) – Sétima alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro), estabelecendo que a TMDP passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas, n.º 325/XII/2.ª (PCP) – Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP – taxa municipal de direitos de passagem, e n.º 359/XII/2.ª (PSD-CDS-PP) – Procede à 7.ª alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora neste domínio, alterando o barramento seletivo de comunicações relativo a serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagem;

4. Apreciação e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 130/XII/2.ª – Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno;



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 138/XII/ 2.^a SL

5. Projetos de Resolução n.ºs 618/XII/2.^a (PS), 645/XII/2.^a (PSD/CDS-PP), 654/XII/2.^a (BE) e 660/XII/2.^a (PCP) – todos relativos às empresas de diversão itinerante

Eventual elaboração de texto único

6. Apreciação e votação do parecer sobre o Pacote da Segurança e Fiscalização do Mercado: Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à fiscalização do mercado de produtos e que altera as Diretivas 89/686/CEE, 93/15/CEE, 94/9/CE, 94/25/CE, 95/16/CE, 97/23/CE, 1999/5/CE, 2000/9/CE, 2000/14/CE, 2001/95/CE, 2004/108/CE, 2006/42/CE, 2006/95/CE, 2007/23/CE, 2008/57/CE, 2009/48/CE, 2009/105/CE, 2009/142/CE e 2010/65/UE do Conselho, e os Regulamentos (UE) n.º 305/2011, (CE) n.º 764/2008 e (CE) n.º 765/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2013)75].

Relator: Deputado Bruno Dias (PCP)

7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a medidas destinadas a reduzir o custo da implantação de redes de comunicações eletrónicas de elevado débito [COM(2013)147]

Relator: Deputado Duarte Cordeiro (PS)

8. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório – Portugal na União Europeia - 2012

Relator: Deputado Rui Barreto (CDS-PP)

9. Outros assuntos

11:00

Audição do Dr. Domingues Azevedo, Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, sobre Medidas para combater a Economia Paralela em Portugal, na sequência de um requerimento do PSD/CDS-PP

09:30

Na impossibilidade da presença do Senhor Presidente, assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente, Deputado Fernando Serrasqueiro.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 138/XII/ 2.ª SL

1. Apreciação e votação da ata n.º 137/XII, relativa à reunião de 8 de maio;

Submetida a votação foi a ata n.º 137/XII/2.ª, relativa à reunião de 8 de maio, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento do PCP para audição do Ministro da Economia e do Emprego e do ex-Secretário de Estado da Energia, Eng.º Henrique Gomes, a propósito da demissão deste em março de 2012 e das pressões de grupos empresariais do sector electroprodutor;

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o requerimento em apreço, começando por referir que pretendia que fosse decidido, primeiramente, apenas a realização da audição do ex-Secretário de Estado da Energia, Eng.º Henrique Gomes, porque este ex-governante tinha tornado público a sua manifestação de disponibilidade para ser ouvido na Assembleia da República.

Mencionou que se tratava de matéria relacionada com a saída do Governo daquela personalidade e do relatório apresentado pelo mesmo sobre o setor energético que, logo após a entrega ao Primeiro-Ministro, estava na posse do Presidente de um grupo económico ligado a esta área.

Intervieram os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD) para salientar que não fazia sentido viabilizar o proposto, considerando que sobre energia tinha ocorrido um vasto conjunto de audições e que em recente presença perante a CEOP o Ministro da Economia e Emprego (MEE) tinha esclarecido a matéria constante do requerimento em causa; Hélder Amaral (CDS-PP) para sublinhar a questão das rendas excessivas e o importante papel desempenhado pelo atual Governo neste domínio e referir que o assunto proposto tinha já sido objeto de apreciação; Hortense Martins (PS) para dizer que o PS viabilizaria o requerimento, que cabia ao anterior Governo a colocação no texto do Memorando inicial a questão das rendas excessivas e que o seu grupo parlamentar apresentaria um requerimento para efeito de audição do atual Secretário de Estado da Energia, porquanto a matéria não tinha ficado esclarecida por ocasião da reunião com o MEE; Ana Drago (BE), para referir que as rendas estavam a estrangular o crescimento da economia e o peso da EDP como oligopólio do setor, e Bruno Dias (PCP) para fazer menção de que a obrigação dos parlamentares era a de acompanhar as questões da política energética e a relação Estado-Governo-grupos económicos.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 138/XII/ 2.ª SL

Submetido a votação o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos a favor do PS, PCP e BE.

3. Nova apreciação dos PJI n.º 230/XII/1.ª (BE) – Sétima alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro), estabelecendo que a TMDP passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas, n.º 325/XII/2.ª (PCP) – Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP – taxa municipal de direitos de passagem, e n.º 359/XII/2.ª (PSD-CDS-PP) – Proceda à 7.ª alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora neste domínio, alterando o barramento seletivo de comunicações relativo a serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagens;

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) interveio para, em relação ao artigo 1.º do PJI 359/XII/2.ª, dar nota de que iria entregar, no decurso do processo de discussão e votação, uma proposta de alteração, para aditar um inciso a esse artigo.

A discussão e votação destas iniciativas legislativas decorreram nos termos do [relatório de votações](#) que faz parte integrante desta ata.

4. Apreciação e votação, na especialidade, da Proposta de Lei 130/XII/2.ª – Proceda à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno;

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião seguinte.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 138/XII/ 2.ª SL

**5. Projetos de Resolução n.os 618/XII/2.ª (PS), 645/XII/2.ª (PSD/CDS-PP), 654/XII/2.ª (BE) e 660/XII/2.ª (PCP) – todos relativos às empresas de diversão itinerante.
Eventual elaboração de texto único**

A apresentação do texto único (de substituição) esteve a cargo o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD), que deu nota da não inclusão de alguns pontos constantes das iniciativas apresentadas pelos grupos parlamentares e a respetiva argumentação.

O Senhor Deputado Rui Pedro Soares (PS) pronunciou-se sobre as matérias que tinham ficado de fora do texto, como o IUC, por exemplo, mas sublinhou o facto de as questões essenciais estarem nele vertidas.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) interveio para dizer que reconhecia o esforço de integração dos grupos parlamentares com vista à consensualização de um texto único e manifestava concordância com a maioria dos pontos inscritos. Porém, precisava ponderar sobre o ponto 2 do texto, relativo ao IVA.

Em seguida, face ao debate havido, o Senhor Presidente informou que o texto em apreciação seria apresentado ao Plenário.

Todos os grupos parlamentares declararam que iriam retirar os respetivos Projetos de Resolução, em benefício do texto único.

6. Apreciação e votação do parecer sobre o Pacote da Segurança e Fiscalização do Mercado: Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à fiscalização do mercado de produtos e que altera as Diretivas 89/686/CEE, 93/15/CEE, 94/9/CE, 94/25/CE, 95/16/CE, 97/23/CE, 1999/5/CE, 2000/9/CE, 2000/14/CE, 2001/95/CE, 2004/108/CE, 2006/42/CE, 2006/95/CE, 2007/23/CE, 2008/57/CE, 2009/48/CE, 2009/105/CE, 2009/142/CE e 2010/65/UE do Conselho, e os Regulamentos (UE) n.º 305/2011, (CE) n.º 764/2008 e (CE) n.º 765/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2013)75].

Relator: Deputado Bruno Dias (PCP)

Após a apresentação pelo Deputado relator o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 138/XII/ 2.ª SL

7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a medidas destinadas a reduzir o custo da implantação de redes de comunicações eletrónicas de elevado débito [COM(2013)147]

Relator: Deputado Duarte Cordeiro (PS)

Após a apresentação pelo Deputado relator o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PEV

8. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório Portugal na União Europeia – 2012

Relator: Deputado Rui Barreto (CDS-PP)

O Senhor Deputado Rui Barreto (CDS-PP) procedeu à apresentação do parecer, após o que se verificaram as intervenções dos Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS) e Nuno Matias (PSD) cumprimentar o relator pela forma sistemática e exaustiva e de síntese do texto, Ana Drago (BE) para manifestar dificuldade no tocante à grelha proposta de análise da participação de Portugal na UE e Bruno Dias (PCP) para valorizar a abordagem de forma factual dos assuntos mas salientava que o problema residia na coerência política das opções estratégicas da EU face às consequências negativas e o seu impacto na economia.

Submetido a votação foi o parecer aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, o voto contra do PCP e a abstenção do BE.

9. Outros assuntos

Nada havendo a tratar neste ponto da ordem do dia, passou-se de imediato à audição do Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

11:00

Audição do Dr. Domingues Azevedo, Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, sobre Medidas para combater a Economia Paralela em Portugal, na sequência de um requerimento do PSD/CDS-PP



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 138/XII/ 2.ª SL

O Senhor Presidente deu as boas vindas ao Dr. Domingues de Azevedo, e deu-lhe a palavra para uma intervenção inicial.

Nesse âmbito, o orador salientou as questões relacionadas com o sistema de comunicação de faturas, a evolução tecnológica, o aumento da burocracia e ainda, as pessoas dentro e fora do sistema, os pagamentos eletrónicos, a carga fiscal e a sua evasão, a segurança social e a Administração Tributária.

Após a intervenção inicial do Dr. Domingues de Azevedo, usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Serrasqueiro (PS), Nuno Matias (PSD), Rui Barreto (CDS-PP) e Fernando Jesus (PS), tendo o Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas respondido em conjunto às questões colocadas.

A audição foi gravada, encontrando-se a respetiva gravação disponível na página da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de maio de 2013.

O VICE-PRESIDENTE

(FERNANDO SERRASQUEIRO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 138/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Ana Drago
Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Leite Ramos
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Paulo Batista Santos
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
Cristóvão Crespo
Paulo Cavaleiro
Rui Barreto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Luís Campos Ferreira
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira